AVALIAÇÃO
e-ISSN: 1982-5765 | Revista da Avaliação da Educação Superior
UNISO UNICAMP

CC BY

Artigo

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652024v29id267686

Política nacional de saúde integral da população negra: percepção de docentes dos cursos da área da saúde

National Policy For The Comprehensive Health Of The Black Population: perception of professors of health courses

Política Nacional Para La Salud Integral de La Población Negra: percepción de profesores de cursos de salud

Diego de Matos Noronha - Universidade Federal do Pampa | Bagé | RS | Brasil. E-mail: noronha.educfisica@gmail.com. | Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4735-8195.

Tatiane Motta da Costa e Silva - Universidade Federal do Pampa | Bagé | RS | Brasil. E-mail: tatianemottaesilva@gmail.com. | Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7232-2357.

Patrícia Becker Engers - Universidade Federal do Pampa | Bagé | RS | Brasil. E-mail: patriciaengers@gmail.com. | Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1520-0713.

Susane Graup - Universidade Federal do Pampa | Bagé | RS | Brasil. E-mail: susanegraup@unipampa.edu.br. | Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3389-8975.

Resumo: O estudo tem por objetivo analisar o conhecimento e a percepção dos/das docentes dos cursos da área da saúde de uma universidade pública sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e sua implementação na formação. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, caracterizado como uma pesquisa descritiva. Participaram do estudo vinte e seis docentes integrantes dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos da área da saúde. Os dados foram coletados mediante questionário e entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados, utilizou-se como aporte metodológico, a análise de conteúdo. Os resultados demonstram que dezoito dos/das docentes afirmam desconhecer a PNSIPN, dezoito afirmam que seu curso não aborda a política em sua organização curricular e vinte e três consideram que existam particularidades relacionadas à saúde da população negra importantes de serem abordadas na formação. Conclui-se que apesar do desconhecimento, os/as docentes mostram-se favoráveis à abordagem da PNSIPN nos cursos da área da saúde.

Palavras-chave: ensino superior; formação profissional; racismo institucional.

Recebido em: 08 set. 2022 | Aprovado em: 03 out. 2024 | Revisado em: 04 nov. 2024

Editor de seção: André Pires | Editora de Layout: Silmara Pereira da Silva Martins

AVALIAÇÃO
e-ISSN: 1982-5765 | Revista da Avaliação da Educação Superior
UNISO UNICAMP

Abstract: The study aims to analyze the knowledge and perception of health courses' professors at a public university about the National Policy for Comprehensive Health of the Black Population (PNSIPN) and its implementation in training. This is a qualitative study characterized as descriptive research. Twenty-six professors from the Structuring Teaching Nuclei (NDEs) of health courses participated in the study. Data were collected through questionnaires and semi-structured interviews. For data analysis, content analysis was used as a methodological framework. The results show that eighteen professors claim to be unaware of the PNSIPN, eighteen assert that their course does not address the policy in its curricular organization, and twenty-three consider that there are particularities related to the health of the black population that are important to address in training. It is concluded that despite this lack of knowledge, professors are in favor of addressing the PNSIPN in health courses.

Keywords: higher education; professional training; institutional racism.

Resumen: El estudio tiene como objetivo analizar el conocimiento y la percepción de docentes de carreras de salud de una universidad pública sobre la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra (PNSIPN) y su implementación en la formación. Se trata de un estudio cualitativo, caracterizado como investigación descriptiva. Participaron del estudio veintiséis docentes que formaron parte de los Centros Docentes Estructurantes (END) de carreras del área de salud. Los datos se recogieron mediante un cuestionario y entrevistas semiestructuradas. Para el análisis de los datos se utilizó el análisis de contenido como aporte metodológico. Los resultados demuestran que dieciocho de los docentes afirman desconocer el PNSIPN, dieciocho afirman que su curso no aborda la política en su organización curricular y veintitrés consideran que existen particularidades relacionadas con la salud de la población negra que es importante tener en cuenta. abordados en la formación. Se concluye que a pesar del desconocimiento, los docentes están a favor del enfoque del PNSIPN en las carreras de salud.

Palavras clave: educación superior; formación profesional; racismo institucional.

AVALIAÇÃO
e-ISSN: 1982-5765 | Revista da Avaliação da Educação Superior
UNISO UNICAMP

1 Introdução

A saúde é um direito universal a ser provido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual, sendo garantido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). No entanto, não basta garantir o direito ao atendimento no SUS, torna-se necessário atentar aos determinantes de saúde, considerando os fatores sociais, econômicos, culturais, psicológicos, comportamentais e étnicos/raciais (Buss; Pellegrini Filho, 2007), para o planejamento de políticas públicas coerentes com as demandas de saúde das populações, em especial, a população negra.

Pensar em acesso à saúde é refletir sobre os aspectos da equidade, que segundo Turner (1986), relaciona três tipos a serem considerados para atingir a equidade em saúde, a igualdade de oportunidades, a de condições e a de resultados. Contudo, por não terem igualdade de oportunidades as pessoas não atingem a igualdade de condições, não chegando à igualdade de resultados.

Ao se tratar da saúde da população negra é necessário atentar para as questões de racismo que acometem essa população, visto que, o "racismo emerge como determinante social da saúde, na medida em que a concentração de riqueza e poder, bem como as condições ambientais e de vida e o fator raça, estão associados às iniquidades em saúde" (Jesus, 2020, p. 4). O racismo pode se manifestar de diversas formas, a exemplo do plano individual, das relações interpessoais, passando pelo plano institucional e chegando no plano estrutural, que é onde se revela de forma ainda mais complexa (Werneck, 2016). O Racismo Institucional[1] (Brasil, 2009, p. 16) por sua vez, pode ser considerado uma barreira para o acesso aos serviços de saúde pela população negra, uma vez que promove a invisibilidade de suas necessidades pelos/as profissionais de saúde (Kalckmann; Batista; Cruz *et al.*, 2007).

Considerando as especificidades da saúde da população negra e visando minimizar as situações de racismo que acometem essa população, em 2009 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), por meio da Portaria nº 992, de 13 de maio, sendo criada a partir da pactuação de compromissos entre o Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2009). A PNSIPN busca "promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS" (Brasil, 2009, p. 19). Entre as suas diretrizes consta "a inclusão dos temas racismo e saúde da população

[1] O racismo institucional constitui-se na produção sistemática da segregação étnico-racial, nos processos institucionais. Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de ignorância, falta de atenção, preconceitos ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios produzidos pela ação das instituições.

negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da Saúde e no exercício do controle social na Saúde" (Brasil, 2009, p. 18).

Neste sentido, a PNSIPN encontra-se como uma das políticas que o SUS tem buscado instituir como um norteador da formação e da prática de profissionais da saúde, buscando alinhar orientações para a educação em saúde que atendam aos paradigmas emergentes, realidades e demandas relacionadas ao momento histórico, social, econômico e cultural da sociedade (Brasil, 2009; Conceição; Riscado; Vilela, 2018). Assim, Monteiro, Santos e Araújo (2021, p. 4) afirmam que "a prática dessa política é uma importante contribuição para a consolidação do SUS, garantindo o direito universal e equânime à saúde como uma condição para a democracia participativa". No entanto, de acordo com as autoras, pouco tem sido feito para que as diretrizes da PNSIPN se concretizem.

Não obstante, a inserção das relações étnico-raciais ainda é vista como uma lacuna nos currículos e programas dos cursos de formação dos profissionais da área de saúde, demonstrando que, a existência de legislação sobre a inclusão de estudo dessa temática no ensino superior não garante sua efetividade (Conceição; Riscado; Vilela, 2018). Nessa perspectiva, Monteiro (2016), menciona em seu estudo que nos cursos da área de saúde ainda existem poucas movimentações no sentido de considerar o tema em questão como conteúdo na formação dos acadêmicos.

Partindo das lacunas observadas na literatura e compreendendo a importância em abordar aspectos das questões étnicas-raciais durante a formação em saúde, o estudo tem por objetivo analisar o conhecimento e a percepção dos/das docentes dos cursos da área da saúde de uma universidade pública sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua implementação na formação.

2 Método

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, caracterizado como uma pesquisa descritiva. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição dos pesquisadores sob o número de parecer 5.257.880 e seguiu as orientações da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

A população do estudo foi composta por sessenta professores integrantes dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos Cursos da área da Saúde da Universidade Federal do Pampa, sendo eles, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Medicina e Medicina Veterinária. Todos os professores foram convidados a participar do estudo, sendo a amostra composta por todos aqueles que aceitaram participar voluntariamente do mesmo. Vale destacar que foi estabelecido intencionalmente o número mínimo de três participantes de cada NDE e quando esse não era atingido, o convite era reenviado, como forma de garantir a representatividade mínima de cada curso.

A coleta de dados foi realizada no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022 e se deu em duas etapas. Na primeira etapa, foi enviado um questionário *online* através da plataforma *Google Forms* para os docentes, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual, os/as participantes sinalizaram estar cientes dos aspectos éticos do estudo e das etapas que a compõem. O questionário continha questões abertas e fechadas, a fim de identificar os indicadores sociodemográficos, como sexo, etnia (cor da pele); tempo de vínculo profissional e de integração do NDE. Nesta etapa, obteve-se o retorno de vinte e seis docentes e, ainda, foi realizado o agendamento das entrevistas com os/as mesmos/as.

Na segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada, visando determinar o conhecimento dos/das docentes sobre a PNSIPN e suas percepções a respeito da implementação dessa política na formação dos acadêmicos e acadêmicas dos cursos da área da saúde. A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro construído especificamente para o presente estudo, sendo previamente agendadas e realizadas de forma individual por meio da plataforma virtual *Google Meet*. Em todas as entrevistas foi capturado o áudio, sendo gravado com recurso de gravação da própria plataforma utilizada e mediante a autorização por parte dos/das participantes. Após a recolha dos dados, as entrevistas foram transcritas para posterior análise. Para garantir o anonimato dos/das participantes, os/as mesmos/as foram nomeados/as por uma convenção composta pela letra "D" acompanhada de uma numeração, como por exemplo, D1, D2, D3 e assim sucessivamente.

Para a análise dos dados foi realizada a análise descritiva das questões referentes aos aspectos sociodemográficos, a partir das frequências absolutas. Para análise das questões abertas foi utilizado, como principal aporte metodológico, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que se fundamenta na análise categorial, com desmembramento das respostas em categorias. Os dados passaram por um crivo de classificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. A análise de conteúdo foi composta por três etapas: a) A pré-análise, na qual foi realizada a organização e seleção dos dados; b) Exploração dos dados, sendo feita a codificação e escolha das categorias; c) Tratamento dos resultados, classificando-se as categorias que emergiram dos dados.

3 Resultados e Discussão

Dos/das vinte e seis participantes do estudo, vinte são do sexo feminino. Em relação à etnia, vinte e quatro docentes consideram-se de cor da pele branca e dois de cor da pele preta. Ainda, sete dos/das participantes relataram possuir menos de cinco anos de vínculo como docente na Universidade, treze relataram possuir entre cinco e dez anos e seis professores e professoras mais de dez anos. Quanto ao tempo como

integrante do NDE, 09 participam há menos de três anos, dez entre três e cinco anos, cinco participantes entre cinco e dez anos e dois há mais de dez anos.

O número de docentes do NDE que não sinalizaram o aceite em participar do estudo, também se configura como um resultado representativo, visto que dos/das sessenta docentes convidados/as, vinte e seis responderam e se disponibilizaram em participar das etapas da pesquisa. Neste sentido, pode-se refletir sobre o significado que esse dado expressa, uma vez que a própria recusa, a desconsideração e a não participação podem indicar o quão difícil é obter dados para produção de conhecimento sobre saúde da população negra, revelando como o racismo institucional se faz presente nos detalhes (Silvério; Dias, 2019).

A partir da análise das respostas das entrevistas dos/das docentes, no que tange o conhecimento sobre a PNSIPN, foi possível verificar que dezoito docentes afirmam não ter conhecimento da política, conforme é apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Conhecimento dos Docentes do NDE acerca da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Categoria	Definição	Extratos	Frequência absoluta
Não tem conhecimento	Não ter conhecimento ou nunca ouviu falar a respeito da PNSIPN	Nem sabia que tinha ela (D18).	18 Docentes
Tem Conhecimento Integral	Ter conhecimento e/ou incorpora em suas práticas docentes os temas a respeito da PNSIPN	Essa política ela data de bastante tempo, muito embora ela tenha sido implementada mais recente porque os conselhos estaduais eles já vinham numa luta muito grande em nível nacional para implementação dessa política e o Planapir que é o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial na verdade neh, ele impulsionou vários estados a implementar. A nossa maior dificuldade é que a gente tem política néh, tem materiais, tem profissionais qualificados que dão formação para os profissionais da saúde, mas os municípios ainda não dialogam com propriedade com essa lei, né? Com essa política inclusive não reservam um recurso destinado pra etnia, raça e cor, né? Então aí essa é a maior precariedade, mas sim, eu tenho ciência dessa política (D5).	06 Docentes
Tem conhecimento superficial	Tem pouco conhecimento a respeito da PNSIPN.	Muito superficialmente. Não tenho propriedade assim, aprofundamento teórico nela (D7).	02 Docentes

Fonte: Elaboração própria (2022)

Referente ao conhecimento da PNSIPN, foi possível verificar uma escassez de estudos que buscam investigar o conhecimento por parte de docentes de cursos da área da saúde. Contudo, o estudo de Monteiro, Santos e Araujo (2021) destaca, através de uma produção coletiva, o desconhecimento sobre a política por parte dos responsáveis por cursos da saúde e, consequentemente, dos desdobramentos da mesma.

Já em estudo realizado com residentes e preceptores dos programas de residência em Saúde da Família de Florianópolis- SC, 75,65% dos participantes afirmaram saber que a PNSIPN existe, no entanto, apenas 16,52% destes afirmam tê-la lido e, 85,22% dos participantes desse estudo dizem não tê-la utilizado na sua prática profissional (Matos; Tourinho, 2018).

Assim como no presente estudo, o desconhecimento a respeito da PNSIPN é percebido em outros estudos com profissionais da área da saúde, mostrando a necessidade de que a temática seja mais difundida e, atentando para a importância da formação inicial e continuada dos/das profissionais sobre. Tal importância e necessidade é reforçada pelo relato de gestores do SUS, de que a falta de

conhecimento sobre a política e sua importância acaba se caracterizando como uma das dificuldades para a implantação da PNSIPN, pois resulta em pouco apoio por parte dos profissionais (Rinehart, 2013). Cabe destacar ainda, o estudo realizado com pessoas negras, todas usuárias do SUS, na cidade de Juiz de Fora-MG (Chehuen Neto; Fonseca; Brum *et al.*, 2015), no qual, 90,5% dos/das participantes relataram desconhecer a existência de uma política de saúde pública específica para a população negra, reforçando assim, as fragilidades de implementação da política e de difusão também no âmbito do SUS.

Em relação a abordagem da PNSIPN na organização curricular do curso, 18 dos/das docentes do NDE afirmam que o curso não aborda a PNSIPN em sua organização curricular, como pode-se observar no extrato da entrevista a seguir:

> Mas acho que seria interessante colocar isso como pauta pro próprio NDE (D21).

Ainda, 06 dos/das participantes mencionaram que talvez seja abordada, contemplando a definição dessa categoria de análise estão aqueles que não sabem e/ou tem dúvidas a respeito da abordagem da PNSIPN na organização curricular do curso. Conforme é exemplificado no extrato de fala do/da docente 1:

> Olha, eu vou ser bem sincera, sincera contigo, eu não tenho apropriação eh pra saber de que maneira exatamente essas políticas estão sendo trabalhadas dentro dos componentes ou do currículo do curso (D1).

E apenas 02 docentes, confirmam que sim, o curso aborda a PNSIPN em sua organização curricular, como mencionado nos extratos de fala abaixo:

> Sim, sim, ah eu sei que tem lá no PPC táh. As gurias trabalham isso, as gurias que eu falo da saúde coletiva II trabalham essa questão também. Ela faz seminários com os alunos, cada grupo de aluno traz uma política pra debater e ser discutida. Eu trabalho com a coletiva um pouquinho mais avançada, sabe? Eu já vou pra prática de estágio com eles. Então ele já vem com essa base das outras coletivas (D10).

> Sim, isso na verdade é voltado não somente dentro do curso na área de ensino, mas também de extensão. E nos projetos de ensino também temos grupos de apoio, a essa população. Como dois projetos que estão sendo desenvolvidos por alunos, docentes e TAEs que querem abordar essa temática mais específica (D25).

A não abordagem da temática saúde da população negra na organização curricular dos cursos, identificada nos resultados do presente estudo, corrobora com os achados do estudo de Silvério e Dias (2019), que ao analisar as grades curriculares dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Odontologia, Psicologia e Gestão em Saúde Ambiental da Universidade Federal de

Uberlândia, constataram que não foram encontradas disciplinas obrigatórias ou optativas que explicitasse diretamente a abordagem da temática, bem como, suas particularidades e necessidades. Sendo a saúde da população negra abordada em tópicos específicos durante as disciplinas, como o caso do curso de Medicina, no qual, foram encontrados tópicos referente a temática nas disciplinas de Saúde Coletiva II e Saúde Coletiva VII (Silvério; Dias, 2019). Trazendo assim uma visão fragmentada da temática, que mesmo quando é abordada, é restringida ao modelo patogênico e higienista da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Resultados similares foram encontrados no estudo de Conceição, Riscado e Vilela (2018) que identificou um silenciamento no PPC do curso de medicina da Universidade Federal de Alagoas sobre a saúde da população negra, sendo observadas algumas referências pontuais de temas sobre doenças, consideradas científica e geneticamente, prevalentes na população negra. Tais resultados, quando associados a outros estudos, indicam a fragmentação da temática em alguns componentes em que a saúde da população negra na formação de futuros/as profissionais da área da saúde é tratada, podendo impactar futuramente no atendimento, tratamento e na qualidade do cuidado que estes irão oferecer a essa população no exercício de suas profissões (Silvério; Dias, 2019; Faria; Silva, 2016).

Quando os/as participantes foram questionados/as se existem particularidades relativas às questões étnicas e raciais que são importantes na formação dos/das discentes dos cursos da área da saúde, 23 dos/das docentes afirmaram que sim, consideram que existam particularidades que são importantes na formação. Como observado na fala do/da docente 3:

> Eu acredito sim que é importante que muitos conhecimentos são construídos na instituição na universidade né? Daqui a pouquinho sai daquela redoma da social que eu vivo e tem uma uma amplitude maior de conhecimento e o profissional, ele tem que ter esse conhecimento, néh. Eu acho que essa diversidade tem que ser trabalhada, tem que ser abordado, né? Pra ter um profissional com a visão um pouco mais ampla sobre a sociedade, sobre as diferenças que tem na sociedade (D3).

Contudo, 03 dos/das entrevistados e entrevistadas consideram que não existam particularidades relativas às questões étnicas e raciais que são importantes na formação dos/das discentes dos cursos da área da saúde, como exemplificado no extrato de fala a seguir:

> Mas olha, eu assim, se for pensar em formação, todos os alunos que entram na minha sala de aula são formados da mesma forma. Eles têm a mesma aula. Eles têm o mesmo trato, têm a mesma condução né (D23).

Em relação a quais seriam essas particularidades relativas às questões étnicas e raciais na formação dos/das discentes dos cursos da área da saúde, na percepção dos

docentes, emergiram seis categorias pela análise das respostas, conforme é elencado no quadro 2.

Quadro 2 - Percepções dos/das docentes sobre as particularidades relativas às questões étnicas e raciais na formação dos/das discentes dos cursos da área da saúde.

AVALIAÇÃO
e-ISSN: 1982-5765 | Revista da Avaliação da Educação Superior
UNISO UNICAMP

Categoria	Definição	Extratos	Frequência absoluta
Contexto Social	Levar em consideração os elementos, materiais e imateriais que moldam a vida em sociedade e a cultura de determinada região.	[...] porque a gente precisa entender a população como um todo. Néh? Não adianta eu saber eh prescrever uma dieta saber avaliar uma doença se eu não conseguir entender o contexto no qual aquela pessoa vive. E aí entra a questão cultural, entra a questão ética, entra a questão eh socioeconômico néh? De acesso a alimentação, como se deu a cultura daquela família também, néh? Eu acho que sim, com certeza (D21).	14 Docentes
Institucionalização	Institucionalização dos temas étnicos-raciais nos cursos de graduação.	Então eh sem dúvida nenhuma que as questões étnico-raciais elas devem ser trabalhadas por todos os cursos de graduação, por quê? Porque falamos, é estrutural, então ele tem todas as estruturas, então ela tem que ser de alguma forma amenizada, diminuída e combatida da forma como a gente consegue, né? Toda vez que a gente percebe isso, enfim, tentar, a denúncia é a melhor coisa, né? A cobrança dessas pessoas, né? (D4).	07 Docentes
Temas Transversais	Trabalhar aspectos dos temas transversais.	Então eu sempre digo, não é uma coisa que o curso tem que fazer pontualmente na disciplina A, B ou C. É algo que precisa fazer parte da construção profissional ao longo de toda a graduação (D7).	06 Docentes
Componente Curricular	Componentes Curriculares específicos ou que abordem as temáticas étnicas e raciais.	A gente tem até antropologia e sociologia justamente pra isso. E uma das coisas que os alunos eh e aí sempre essa coisa do relato, néh? que eh é importante mas também às vezes eu, eu sinto que acaba ficando só, néh? Vazio, por quê? Nós temos alunos que hoje dizem, é, no final do curso, o quanto que eles percebem a disciplina de sociologia, de psicologia, de antropologia como sendo importantes (D21).	06 Docentes

Conhecimento Técnico	Importância de se trabalhar a parte técnica e politicamente correta das questões étnicas e raciais e que tenha relação com a saúde.	[...] vou descrever por exemplo um paciente néh, será que eu posso focar paciente negro posso usar esse termo? Paciente de pele negra, paciente de pele escura ou com uma porque daí às vezes eu tenho que descrever, néh Um hematoma que não é totalmente visível na região tal que não é tratamento visível. Então, eu tenho coisas assim que são, isso é uma questão técnica. E eu acho que nós, profissionais, isso, eu não tô dizendo nós, profissionais acadêmicos, os profissionais da saúde têm dificuldades néh. Porque a gente não não quer ofender, não sabe se estaria ofendendo. Esse é o principal, tá? (D8).	04 Docentes
Ações Afirmativas	Trabalhar a valorização das políticas de ações afirmativas no contexto universitário.	Eu acredito, até a questão das cotas a gente tem que debater, a gente tem que falar bem das cotas, porque tem um grupo que fala mal, que fala que não eh pertinente (D19).	02 Docentes

Fonte: Elaboração própria (2022)

Ao serem questionados/as sobre as particularidades relativas às questões étnicas e raciais na formação dos/das discentes, emergiram frequentemente aspectos relacionados ao Contexto Social (14) entre as respostas dos/das docentes. Considerando os aspectos do contexto social, a própria PNSIPN, entre seus princípios, contempla um conjunto de estratégias que resgatam a visão integral do sujeito, como uma forma de compreender suas condições de saúde (Brasil, 2009).

A institucionalização, emergiu como categoria, entre as respostas dos/das docentes, 07 professores/as demonstram uma preocupação entre os/as docentes em abordar as questões étnicas-raciais como um tema obrigatório, perpassando todo o contexto universitário e, não limitando-se ao ensino e aos cursos da área da saúde, reafirmando com isso, compromissos mais efetivos com a equidade étnico-racial, conforme propõe a PNSIPN (Brasil, 2009). Tal preocupação também é demonstrada a partir da categoria Temas Transversais (06), em que os/as docentes afirmam que as particularidades relativas às questões étnicas-raciais devem perpassar transversalmente os cursos de graduação e não em uma ou outra componente curricular específica ou de forma pontual.

Em contrapartida, 06 das respostas dos/das docentes foram direcionadas para a categoria Componente Curricular, em que eles/elas mencionam que as questões étnicas-raciais deveriam ficar a cargo de serem tratadas em determinadas

componentes curriculares como antropologia ou sociologia, por exemplo, justificando a não abordagem da temática nas demais componentes curriculares, principalmente, devido a carga horária do curso. Nesse sentido, o estudo de Silvério e Dias (2019) alerta que passar pelo processo formativo universitário sem o contato com as particularidades das questões étnicas-raciais pode ser prejudicial para os/as futuros/as profissionais de saúde, sendo que, os espaços dentro das várias disciplinas dos cursos de graduação são possibilidades para a abertura de discussão e aprendizagem de tal questão.

Quando questionados sobre a sua opinião a respeito do tema saúde da população negra nos currículos da área da saúde, 22 dos/das docentes consideraram extremamente importante a inserção do tema nos currículos da área da Saúde, já 04 demonstraram um desconhecimento sobre a importância da PNSIPN e mencionam em suas respostas que a política pode reforçar a discriminação racial, como demonstra o seguinte extrato de fala:

> [...] eu sei que eles são discriminados, eles têm toda aquela questão histórica e tal, mas se eles querem ter direitos iguais, por que eles têm que ter algo voltado só pra eles? Ah, eu, eu sei que assim como os indígenas néh, que são, são populações que foram muito afetadas néh ao longo da história e que foram discriminadas e que não tiveram as mesmas oportunidades néh, e que o mundo é no mundo inteiro é assim. Mas eu acho importante falar, mas não necessariamente uma disciplina em especial. Assim como por exemplo tem aquela questão das cotas néh, eu acho que não seria cotas ah... raciais assim, ahm cotas em função até o nível de escolaridade que a criança, que o adolescente chegou (D16).

Indo ao encontro desse achado, outros estudos também encontraram que políticas como a PNSIPN tendem a reforçar a discriminação racial (Matos; Tourinho, 2018; Chehuen Neto; Fonseca; Brum *et al.*, 2015). Sendo que, para Chehuen Neto Fonseca; Brum *et al.* (2015), mais da metade da amostra (52,7%) declararam que políticas como essa tendem a reforçar a discriminação racial.

Contudo, em pesquisa realizada com profissionais da saúde envolvidos/as com programas de residência, a maioria dos/das participantes também considerou PNSIPN importante (82,61%) e 16,52% dizem que a consideram importante, mas acreditam que políticas como essa tendem a reforçar a discriminação racial (Matos; Tourinho, 2018), achados esses muito semelhantes ao do presente estudo, o que demostra que, uma maioria reconhece a política como importante no que tange os processos de busca pela equidade em saúde.

A partir do questionamento sobre a opinião dos/das docentes sobre a temática saúde da população negra nos currículos, os mesmos apontaram possibilidades que poderiam viabilizar a abordagem do tema, conforme é apresentado no quadro 3.

Quadro 3 - Possibilidades de abordagem do tema Saúde da População Negra nos Currículos dos Cursos da Área da Saúde.

Categoria	Definição	Extratos	Frequência Relativa
Conteúdo da Estrutura Curricular	Abordar a PNSIPN como conteúdo nas componentes curriculares.	Acho necessário, imprescindível e acho que a gente tem que ampliar, não só a população negra, mas população também indígena, quilombolas, acho que tudo, tem que incluir todas as minorias (D19).	12 Docentes
Espaço de Diálogos	Criar espaços que façam o diálogo com a diversidade e as diferentes formas de crenças e opiniões a respeito do conteúdo da PNSIPN.	A gente se tivesse esse espaço, né? Ou se criasse esse espaço pra debater porque justamente, né? E entram questões biológicas e as questões novamente emocionais então que precisam se debater e precisam sensibilizar as pessoas que vão atender esse público. Então acho que principalmente religiosas, né? Por que Princípio do SUS não pode ter distinção, mas a gente sabe que muitas vezes não é isso que acontece? Então pode acabar tendo distinção então se você prepara o aluno que está em formação como futuro profissional para atender diferentes pessoas com diferentes crenças e opiniões, enfim, eu acho que a gente acaba minimizando esses desconfortos no futuro (D2).	07 Docentes
Formação Continuada	Criar espaços de formação continuada a respeito da PNSIPN para os/as Docentes do Ensino Superior.	Este tema ele tem que ser muito mais abordado ele tem que eu acredito que a gente precise de mais espaços de formação professores, dos professores pra isso. Por exemplo, eu mesma. Muitas das perguntas que tu me fez eu nunca nem tinha parado pra pensar sobre. Embora nas minhas aulas eu trabalhe com esses aspectos socioculturais eu nunca parei pra pensar mais especificamente sobre isto eh e a partir do momento que a gente tem esses espaços de formação a gente acaba a gente consegue identificar nas nossas disciplinas eu acho que parte da formação, da formação continuada (D1).	03 Docentes

Práxis Profissional	Refletir diante da ação profissional no que diz respeito a conhecimentos específicos da PNSIPN..	O futuro profissional, independente da área que ele for atuar, principalmente na área da saúde, ele tem que ter essa amplitude de conhecimento sobre se não é no profissional que desconhece, consequentemente refletir sobre a sua ação profissional, né? Então se há essas particularidades, essas especificidades, néh Que tem que ter esse conhecimento, então acho importante ser abordado (D3).	02 Docentes
Questões Fisiológicas	Abordar a PNSIPN a partir das funções orgânicas e/ou processos que mantém uma pessoa viva.	Por exemplo, acho importante os alunos conhecer néh, que por exemplo a população negra é suscetível à anemia falciforme entende? Acho que é importante os alunos terem esse conhecimento néh. Então, eu acho que é importante saber como especificidades dessa população néh o talvez a população negra tem mais suscetível a hipertensão arterial depois de uma idade ou mais suscetível a algum problema de pele néh, eu acho extremamente néh, e a gente tem que estuda isso néh, estuda as doenças e eu acho que o néh, um tópico sobre isso faz parte por causa que o Brasil é um país néh, considerado maioria raça negra (D13).	02 Docentes

Fonte: Elaboração própria (2022)

Diante das perspectivas de incluir a discussão sobre a saúde da população negra na organização curricular dos cursos de graduação na área da saúde, 12 dos/das docentes mencionam a abordagem de aspectos da PNSIPN em Conteúdo da Estrutura Curricular, a ser tratado de forma transversal nas componentes curriculares, articulando com conhecimentos específicos, sem restringir a discussão a uma determinada componente curricular. Além disso, também foi mencionado a possibilidade de expandir a discussão para outras populações como, a população indígena. Outra alternativa que emergiu entre as respostas dos/das docentes é o investimento em Espaços de Diálogo (07), entre esses espaços, cita-se a extensão universitária como uma estratégia potencializadora para tratar sobre a PNSIPN, instigando reflexões sobre a saúde da população negra, tanto no contexto universitário, quanto nas práticas desenvolvidas nos serviços de saúde.

A formação continuada para os/as docentes do ensino superior, também emergiu entre as categorias, estando presentes nas respostas de 03 docentes. A

formação continuada apresenta-se como uma importante estratégia elencada pelos/as docentes, uma vez que, é a partir da formação, que muitos/as docentes serão apresentados à PNSIPN e aos aspectos socioculturais associados à saúde da população negra, colaborando para o despertar sobre a temática e também para a aproximação e debate sobre outros temas, como as relações étnicas-raciais e o racismo institucional.

As possibilidades elencadas pelos/as docentes são fundamentais, pois, além de viabilizar benefícios a própria saúde da população negra, que receberá a longo prazo um atendimento digno e coerente com os direitos humanos, também proporciona benefícios para a formação discente, uma vez que os/as graduandos/as desenvolverem uma visão multicultural da saúde, assim como a habilidade de estabelecer um relacionamento profissional terapêutico, culturalmente competente, firmado em uma perspectiva anti-racista (Silvério; Dias, 2019). E com isso, fomentar o debate sobre aspectos relacionados ao racismo institucional que tanto persiste em nossa sociedade, perpassando as áreas da saúde e da educação.

4 Considerações finais

Diante do objetivo de analisar o conhecimento e a percepção dos/das docentes sobre a PNSIPN e sua implementação na formação de discentes de cursos da área da saúde, constatou-se entre os resultados que os/as docentes em sua maioria desconhecem a política, bem como percebem que os cursos da área da saúde, de uma maneira geral, não abordam a PNSIPN na organização curricular, sendo apontado como uma lacuna nos currículos e na formação profissional em saúde, corroborando com os achados na literatura. Apesar do desconhecimento, a maioria dos/das docentes mostraram-se favoráveis à abordagem da política, indicando particularidades relativas às questões étnico-raciais, como o contexto social a ser considerado, a transversalidade da discussão da temática entre as componentes curriculares e a discussão sobre os direitos humanos, como importantes questões a serem abordados na formação dos/das discentes.

De um modo mais amplo, os resultados expressam a pouca visibilidade em que a saúde da população negra é tratada, não só nos cursos da área da saúde da universidade investigada, mas na sociedade como um todo. Evidenciando a urgência em tratar das questões étnicas-raciais e suas especificidades, entre elas, o racismo institucional, que acometem a saúde dessa população, tanto no decorrer da formação profissional discente, quanto na formação continuada dos/das docentes, visto que, a formação dos profissionais da saúde é uma estratégia fundamental para garantir a atenção à saúde da população negra.

Além disso, ressalta-se a necessidade da temática estar presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma vez que esses documentos são orientadores da prática docente. Por fim, sugere-se que estudos futuros fomentem a discussão acerca dos

aspectos socioculturais que influenciam nas situações de racismo praticadas por profissionais da saúde, traçando estratégias para romper com tais práticas, complementando os achados no presente estudo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A Saúde e seus determinantes sociais. PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

CHEHUEN NETO, José Antônio; FONSECA, Geovane Mostaro; BRUM, Igor Vilela *et al.* Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1909-16, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mNYPvyFtbp3bm3bc8S64b3j/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

CONCEIÇÃO, Maria Cristina da; RISCADO, Jorge Luís de Souza; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de medicina: análise curricular. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 34-56, jul./set., 2018. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2606/2378. Acesso em: 26 out. 2024.

FARIA, Mateus Aparecido de; SILVA, Analise de Jesus da. A educação das relações étnico-raciais na formação em gestão de serviços de saúde. **Revista Brasileira de**

Ensino Superior, Passo Fundo, RS, v. 2, n. 1, p. 34-40, jan./mar. 2016. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/1103/851. Acesso em: 26 out. 2024.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, e180519, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1099341. Acesso em: 26 out. 2024.

KALCHMANN, Suzana; SANTOS, Claudete Gomes dos; BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins da. Racismo institucional: um desafio para a equidade do SUS? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZTJmFN3BzNTm8C6rf9qFJgC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim; TOURINHO, Francis Solange Vieira. Saúde da população negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 1-12, 2018. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1712/907. Acesso em: 26 out. 2024.

MONTEIRO, Rosana Batista. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 524-534, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xXgbYkGkxVqd9GvSnrMCqVh/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

MONTEIRO, Rosana Batista; SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; ARAUJO, Edna Maria de. Saúde, currículo, formação: experiências sobre raça, etnia e gênero. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/GNj7tCBSTVNrKJFhJwDrz6P/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

RINEHART, Denise. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: discursos da gestão municipal do SUS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14421/1/2013_DeniseRinehart.pdf. Acesso em 18 abr 2022.

SILVÉRIO, Ana Carolina Lino; DIAS, Nicole Geovana. Abordagem da Saúde da População Negra nos cursos da área de Saúde. **Temas em Educ. e Saúde,** Araraquara, v. 15, n. 1, p. 24-37, jan./jun., 2019. Disponível em:

https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/12525/8355. Acesso em: 26 out. 2024.

TURNER, B. **Igualdade**. Londres: Publicações Tavistock, 1986.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 out. 2024.

Contribuição dos(as) autores(as)

Diego de Matos Noronha - Responsável pela obtenção e organização dos dados, interpretação e escrita do texto, além da revisão da escrita final.

Tatiane Motta da Costa e Silva - Apoio no planejamento do estudo, orientação da coleta de dados, participação nas análises dos dados e revisão da escrita do texto.

Patricia Becker Engers - Apoio no planejamento do estudo, orientação da coleta de dados, participação nas análises dos dados e revisão da escrita do texto.

Susane Graup - Coordenadora do projeto, participação na análise dos dados e revisão da escrita final.

Revisão Gramatical: Carlos Augusto Riella de Melo.

E-mail: guto.riella@gmail.com